

Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.											
CNPJ 58.069.360/0001-20											
Demonstrações Financeiras - Exercícios fínidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)											
Balances Patrimoniais						Demonstrações de Resultados					
Ativos/Circulante			Nota	2016	2015	Passivos/Circulante			Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa			7	46.055	50.918	Fornecedores				3.804	3.398
Contas a receber de clientes			8	117.802	91.320	Empréstimos e financiamentos			13	255	836
Estoque				-	79	Salários e encargos sociais			14	87.423	84.117
Impostos a recuperar			9	28.780	24.866	Obrigações fiscais e tributárias			15	10.775	7.132
Outros créditos			10	9.693	8.600	Impostos parcelados				-	14
Total do ativo circulante				202.330	175.783	Outras contas a pagar			16	16.638	9.922
Não circulante						Total do passivo circulante				118.895	105.419
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Contas a receber de clientes			8	7.099	-	Empréstimos e financiamentos			13	-	329
Ativo fiscal diferido			18.a	19.014	20.702	Impostos parcelados				154	216
Outros créditos			10	4.120	756	Provisão para contingências			17	48.017	42.571
Outros créditos - partes relacionadas			11	3.469	4.991	Subvenções governamentais				1.045	1.045
				33.702	26.449	Total do passivo não circulante				49.216	44.161
Imobilizado			12	23.285	20.394	Patrimônio líquido					
Intangível				247	594	Capital social			19.a	7.000	7.000
				23.532	20.988	Reserva de capital				11	11
Total do ativo não circulante				57.234	47.437	Reserva legal				1.400	1.400
Total do ativo				259.564	223.220	Reservas de lucros				83.042	65.229
Notas Explicativas s Demonstrações Financeiras (Em MR\$)						Total do patrimnio líquido				91.453	73.640
1. Contexto operacional:						Total do passivo				168.111	149.580
A Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A., ("Companhia") cujo capital  100% nacional, tem por objeto a prestação de serviços na área de computação, manutenção, aulas, conferências, pales- tra, consultoria e assessoria, assistência técnica, desenvolvimento e progra- maço de softwares e de sistemas aplicativos, locação e fornecimentos de mão de obra, pesquisa e inovação tecnológicas, telecomunicações, participar em outras sociedades como sócia, acionistas ou quotista, bem como partici- par de consórcio de sociedades. 1.1. rea de atuação e segmentação de clientes:						Total do passivo e patrimnio líquido				259.564	223.220
A Companhia atua em todo o território nacional, e em diversos seg- mentos, destacando-se os seguintes serviços e soluções "end to end": • Out- sourcing: - Soluções:						Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
Aplicação, Gerenciamento de Sistemas, Desenvolvimento e progra- mao sob Demanda, Manutenção Corretiva, Projetos sob Demanda. - Tecnologia:						Capital			Reserva		
Infraestrutura, Service Desk, Administração de Data Center, Gerenciamento de Segurança, Gerenciamento de Impressão. - Processo:						social			Reseva		
BPO - Business Process, Serviço de Back Office, Serviço de Suporte a Clientes. • Integração e desenvolvimento:						de capital			legal		
Integração de Sistemas, Desenvolvimento e Integração de Sistemas Netweaver XI, SOA - Service Oriented Architecture, WEB Service, Portal, Gerenciamento de Conteúdo, BPM Business Process Management. - Tecnologia:						de lucros			Total		
Integração de Infraestrutura, Redes, Infraes- trutura Lógica, Interconexão de Sites. - Processo:						Nota			Saldo em 01.01.2015		
Integração Corporativa, Armazenamento & Transporte, Administração Logística, Strategic Sourcing & Procurement. • Consultoria:						16.c			Resultado do exercício		
Soluções:						4.500			Constituição da		
Soluções Corporativas, Implemen- tação Oracle, SAP e Mastersaf, Upgrade de melhorias, Archiving, Relatórios, Soluções Softway, Supply Chain Management, E-Procurement, Business Intel- ligence, BW, BPC, SAP Analytics, Soluções de Marketing Digital (Social Qualis e Adobe). - Tecnologia:						-			reserva legal		
Soluções Tecnológicas, Governança em TI, Avaliação e Diagnóstico de Infraestrutura. - Processo:						-			Aumento de capital		
reas Verticais, Financeira, Seguros, Oil & Gas, Telecomunicação, Manufatura, Varejo, Saúde, Life & Science, Setor Público, Siderurgia e Mineração, Energia. Os clientes da Companhia são grandes corporações dos mais diversos segmentos econmicos, distribuídos conforme apresentado a seguir:						-			Distribuição de		
Participação no faturamento (%)						16.b			dividendos		
Segmento econmico						-			Saldo em 31.12.2015		
						-			Resultado do exercício		
						11			Distribuição de dividendos		
						-			Total do exercício		
						-			Saldo em 31.12.2016		
						11			pesas financeiras abrangem substancialmente os juros sobre empréstimos e financiamentos, variações monetárias, descontos concedidos a clientes. Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa finan- ceira dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida. c. Moeda estrangeira:		
						-			(i) Transações em moeda estrangeira:		
						-			As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional  taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcio- nl no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira  taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. d. Benefícios a empregados:		
						-			As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. e. Imposto de renda e contribuição social:		
						-			O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compre- ende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimnio líquido ou em outros resultados abrangentes. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. (i) Despesas de impos- to de renda e contribuição social corrente:		
						-			A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tribu- tvel do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a re- ceber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou rece- bidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balan- o. O imposto de renda corrente também pode ser reduzido pela apuração dos incentivos fiscais, em destaque aqueles orindos do benefício previsto na Lei 11.196/05 (Lei do Bem), que criou a concessão de incentivos fiscais às empresas tributadas pelo lucro real e que investirem em Pesquisa, De- desenvolvimento e Inovação. Até 80% do valor correspondente aos dispêndios identificados como de inovação tecnológica, limitado ao lucro real apurado pela Companhia, compor a base de cálculo do benefício, incidindo sobre ela a alíquota vigente de 34% referente ao imposto de renda e da contribuição social. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) Imposto de renda e contribuição social diferido:		
						-			O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças tem- porrias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou li- quidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. f. Contas a receber de clientes:		
						-			São registradas no balanço pelo valor nomi- nal dos títulos representativos desses créditos, sendo constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa e em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. g. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:		
						-			Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis  aquisição de um ativo. O custo de ativos cons- truídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. (ii) Custos subsequentes:		
						-			Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros asso- ciados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os gastos de manu- tenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. (iii) Depreciação:		
						-			Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resulta- do do exercício baseado na vida útil econmica estimada de cada compo-		
						-			nente. Os ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obter a propriedade do bem ao final do arrendamento. Os terrenos não são depreciados. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é fina- lizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Máquinas e equipamen- tos: 10 anos; Móveis e utensílios: 10 anos; Instalações: 10 anos; Veículos: 5 anos; Informática - hardware: 5 anos; Benfeitorias: 4 anos; h. Intangível:		
						-			Refere-se a sistemas de tecnologia da informação. Os ativos intangíveis têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumu- lada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amorti- zação é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a par- tir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada dos sistemas de tecnologia da informação  de 5 anos. i. Instrumentos finan- ceiros:		
						-			A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguin- tes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos finan- ceiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. (i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e des- reconhecimento:		
						-			A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dvida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da nego- ciao. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixas do ativo expiram ou quando transfe- rem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixas contratuais sobre um ativo financeiro em transação na qual essencialmente todos os riscos e be- nefcios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual partici- pao que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. (ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração:		
						-			Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para nego- ciao, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, in- cluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício. Em- préstimos e recebíveis:		
						-			Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos. Caixa e equivalentes de caixa:		
						-			O caixa e equivalente de caixa estão representados por numerários em caixa e depósitos bancários e as aplicações financeiras por investimentos temporários de liquidez imediata que serão mantidos até as suas datas de vencimento e estão registradas pelos valores de custo, acrescidos dos ren- dimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. (iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração:		
						-			Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. (iv) Capital social: Ações ordinárias:		
						-			As ações ordinárias são classificadas como patrimnio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis  emis- são de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patri- mnio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. O capital social é composto por 10.000 ações e está totalmente subscrito e integralizado. Os dividendos são definidos em reunião dos acionistas, conforme estabelecido no estatuto social. j. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos:		
						-			Os ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de impairment. As		



➤ evidências objetivam de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou; • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências, são constituídas para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem. Os valores provisionados estão líquidos dos depósitos judiciais, quando aplicável.

**l. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

**IFRS 9 (CPC 48) Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 (CPC 48) substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

**IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 (CPC 47) exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS, quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

**IFRS 16 Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4 SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

**Iniciativa de Divulgação (Alteração ao CPC 26 IAS7):** As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. Para atender os novos requerimentos de divulgação. A Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

**Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC32IAS12):** As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. As normas descritas anteriormente foram emitidas, mas ainda não haviam entrado em vigor até 31 de dezembro de 2016.

**7. Caixa e equivalentes de caixa:**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa e bancos	25.351	18.222
Aplicações financeiras (moeda estrangeira)	1.620	1.641
Aplicações financeiras (moeda nacional)	19.084	31.055
	<u>46.055</u>	<u>50.918</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas que variam entre 83% e 101% (94% e 101% em 2015) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e aplicações financeiras no exterior, remuneradas à taxa LIBOR mais variação cambial do dólar norte-americano.

**8. Contas a receber de clientes:**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
No país	123.962	97.214
No exterior	4.354	6.419
Subtotal	128.316	103.633
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.415)	(12.313)
Circulante	117.802	91.320
Não circulante	7.099	-
Total	124.901	91.320

A análise do vencimento desses valores a receber é a seguinte:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
A vencer	93.817	68.828
Até 30 dias	9.042	9.498
De 31 a 60 dias	3.452	2.530
De 61 a 90 dias	1.337	1.728
De 91 a 180 dias	4.797	3.097
Acima de 180 dias	15.871	17.952
Vencidos:	34.499	34.805
Contas a receber de clientes	128.316	103.633

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao Contas a receber de clientes durante o exercício foi o seguinte:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saldo no início do exercício	(12.313)	(3.467)
Reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa	10.432	4.754
Constituição da perda para crédito de liquidação duvidosa	(1.534)	(13.600)
Saldo no fim do exercício	(3.415)	(12.313)

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas contas a receber. A provisão é constituída por análise quantitativa e qualitativa dos recebíveis, levando em consideração aqueles que estão com processo de cobrança judicial. Desse montante, são excluídos os créditos em negociação, e retenções trabalhistas que serão recebidas no final de cada contrato.

**9. Impostos a recuperar:**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Imposto de renda e contribuição social	27.898	23.993
PIS a recuperar	-	7
COFINS a recuperar	2	34
INSS a recuperar	875	830
Outros	5	2
Total	28.780	24.866

**10. Outros créditos:**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Depósitos cauções	8.570	3.641
Adiantamento a funcionários	2.474	2.233
Outros adiantamentos	386	833
Despesas antecipadas	1.953	1.825
Bloqueio Judicial	430	-
Depósitos judiciais	-	824
	<u>13.813</u>	<u>9.356</u>
Circulante	9.693	8.600
Não circulante	4.120	756
	<u>13.813</u>	<u>9.356</u>

**11. Outros créditos - Partes relacionadas:** O saldo de ativos em 31 de dezembro, dos respectivos anos, é relativo a operações com partes relacionadas que decorrem de transações com as Companhias controladas pelo grupo Stefanini.

**Mútuos a receber**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Stefanini Chile	1.375	1.648
Stefanini It Solutions Peru SAC	306	367
Stefanini Portugal	1.719	2.124
Stefanini Networking Consult. Inform.	26	67
Stefanini Participações	23	750
Woopi Softwares e Tecnologia Ltda.	-	15
Stefanini Training Treinamentos Inform.	15	5
Stefanini Com. de Produtos de Inf.	5	15
<b>Total ativo</b>	<b>3.469</b>	<b>4.991</b>

A Companhia não cobra juros sobre esses empréstimos.

**a. Remuneração dos administradores:** A Companhia pagou a seus administradores, a título de remuneração um total de R\$ 3.883, no exercício de 2016 (R\$ 3.656 em 2015).

**12. Imobilizado: Custo**

	<b>2015</b>	<b>cões</b>	<b>Trans-</b>	<b>Baixas</b>	<b>2016</b>
Equipamentos de informática	18.413	4.453	-	(608)	22.258
Instalações	7.357	815	-	(152)	8.020
Móveis e utensílios	4.954	1.750	-	(244)	6.460
Terrenos	1.045	-	-	-	1.045
Veículos	1.216	-	-	(121)	1.095
Obras em andamento	594	2.454	(1.069)	(1.979)	-
Benfeitorias/imóveis de terceiros	3.840	1.158	1.069	(1.094)	4.973
<b>Total custo</b>	<b>37.419</b>	<b>10.630</b>	<b>-</b>	<b>(4.198)</b>	<b>43.851</b>

**Depreciação**

	(10.870)	(2.762)	-	301	(13.331)
Equipamentos de informática	(3.066)	(737)	-	89	(3.714)
Instalações	(1.916)	(524)	-	160	(2.280)
Móveis e utensílios	(1.173)	(33)	-	122	(1.083)
Veículos	-	(158)	-	-	(158)
Amortização imóveis de terceiros	<b>(17.025)</b>	<b>(4.214)</b>	<b>-</b>	<b>672</b>	<b>(20.566)</b>
<b>Total depreciação</b>	<b>20.394</b>	<b>6.416</b>	<b>-</b>	<b>(3.526)</b>	<b>23.285</b>

**Total líquido**

	<b>2014</b>	<b>cões</b>	<b>Trans-</b>	<b>Baixas</b>	<b>2015</b>
Equipamentos de informática	13.716	5.229	-	(532)	18.413
Instalações	6.117	1.303	-	(63)	7.357
Móveis e utensílios	3.453	1.626	-	(125)	4.954
Terrenos	1.045	-	-	-	1.045
Veículos	1.329	-	-	(113)	1.216
Obras em andamento	1.035	3.398	(3.840)	-	594
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	3.840	-	3.840
<b>Total custo</b>	<b>26.696</b>	<b>11.556</b>	<b>-</b>	<b>(833)</b>	<b>37.419</b>

**Depreciação**

	(9.110)	(2.263)	-	503	(10.870)
Equipamentos de informática	(2.449)	(654)	-	37	(3.066)
Instalações	(1.610)	(377)	-	71	(1.916)
Móveis e utensílios	(1.172)	(88)	-	87	(1.173)
Veículos	<b>(14.341)</b>	<b>(3.382)</b>	<b>-</b>	<b>698</b>	<b>(17.025)</b>
<b>Total depreciação</b>	<b>12.355</b>	<b>8.174</b>	<b>-</b>	<b>(135)</b>	<b>20.394</b>

**Total líquido**

	<b>2014</b>	<b>cões</b>	<b>Trans-</b>	<b>Baixas</b>	<b>2015</b>
Equipamentos de informática	13.716	5.229	-	(532)	18.413
Instalações	6.117	1.303	-	(63)	7.357
Móveis e utensílios	3.453	1.626	-	(125)	4.954
Terrenos	1.045	-	-	-	1.045
Veículos	1.329	-	-	(113)	1.216
Obras em andamento	1.035	3.398	(3.840)	-	594
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	3.840	-	3.840
<b>Total custo</b>	<b>26.696</b>	<b>11.556</b>	<b>-</b>	<b>(833)</b>	<b>37.419</b>

**Revisão da vida útil:** A Companhia avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

**Revisão do impairment:** A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo imobilizado.

**13. Empréstimos e financiamentos:**

	<b>Indexador</b>	<b>Juros</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Moeda nacional:				
BNDES	(a) TJLP + 3% a.a.	255	1.007	
CHG Meridiano do Brasil	(b) 1,80% a.m.	-	158	
<b>Total</b>		<b>255</b>	<b>1.165</b>	
Passivo circulante		<b>255</b>	<b>836</b>	
Passivo não circulante		<b>-</b>	<b>329</b>	
<b>Total</b>		<b>255</b>	<b>1.165</b>	

(a) Financiamento destinado a investimento em imóveis, infraestrutura, equi-

**Natureza**

	<b>Valor</b>
Trabalhista	7.874
Trabalhista	4.477
Trabalhista	2.964
Trabalhista	2.734
Trabalhista	2.703
Trabalhista	2.510
Trabalhista	2.472
Trabalhista	2.279
Trabalhista	1.986
Trabalhista	1.799
Trabalhista	1.556
Trabalhista	1.540
Trabalhista	1.521
Trabalhista	1.437
Trabalhista	1.417
Trabalhista	1.417
Trabalhista	1.352
Trabalhista	1.304
Trabalhista	1.222
Trabalhista	1.177
Trabalhista	1.139
Trabalhista	1.129
Trabalhista	1.073
Trabalhista	1.070
Trabalhista	1.038
Trabalhista	1.011
Subtotal	52.201
Trabalhista	46.256
Trabalhista	5.341
Total Possíveis	103.798

**18. Imposto de renda e contribuição social - Corrente e diferido: (a)** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.161	4.186
Provisão para contingências	17.853	16.516
	<u>19.014</u>	<u>20.702</u>
	<u>(1.688)</u>	<u>(2.036)</u>

Efeito no resultado do exercício

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final das contingências e eventos.

**(b)** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	82.840	53.283
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada taxa nominal	28.166	18.116
Ajustes para demonstração da taxa efetiva	-	-
Adições substancialmente compostos por contingências	232	640
Incentivo Fiscal PAT	(502)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	27.896	18.756
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.688	2.036
Total das despesas de IR e CS no resultado	29.584	20.792
Alíquota efetiva	36%	39%

**19. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2016 o capital integralizado era de R\$ 7.000 (R\$ 7.000 em 2015) representado por 10.000 ações ordinárias (10.000 ações ordinárias em 2015).

**b. Dividendos:** Conforme previsto em contrato social, é facultada aos acionistas a determinação e distribuição de dividendos. Em 2016, foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 35.442 (R\$ 32.275 em 2015) aprovado em ata de assembleia ordinária datada de 17 de março de 2017.

**c. Atos societários:** O aumento de capital social com saldo da reserva de lucros em R\$ 4.500, sem alteração

pamentos, pesquisa, desenvolvimento e treinamento, no âmbito do Programa para Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos - PROSOFT da Companhia. (b) Arrendamento mercantil de equipamentos de informática que formam o imobilizado. As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento: O financiamento do BNDES está garantido com aval dos sócios no valor do crédito. Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas de *covenants*.

**14. Salários e encargos sociais:**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Provisão para férias e encargos	47.871	51.230
Salários a pagar	23.150	22.335
INSS a recolher	3.858	204
FGTS a recolher	4.324	3.581
Contribuições previdenciárias sobre a receita bruta	5.439	4.031
Outros	2.781	2.736
	<u>87.423</u>	<u>84.117</u>

**15. Obrigações fiscais e tributárias:**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
COFINS	2.127	266
PIS	460	57
ISS	1.448	-
IRPJ	-	5.901
CSLL	49	46
IR retido na fonte	6.629	800
Impostos parcelados	62	62
	<u>10.775</u>	<u>7.132</u>

**16. Outras contas a pagar:**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Vale refeição e alimentação a pagar	5.737	5.345
Assistência médica e odontológica a pagar	2.615	1.564
Aluguéis a pagar	430	290
Adiantamentos de clientes	1.321	1.367
Receita diferida	5.993	1.045
Outros	542	311
	<u>16.638</u>	<u>9.922</u>

**17. Provisão para contingências:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

**Composição contingências:**

	<b>2016</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Líquido</b>
Tributárias (INSS)	2.136	(102)	2.034	
Outras ações tributárias	1.210	-	1.210	
Trabalhistas	49.162	(4.389)	44.773	
	<u>52.508</u>	<u>(4.491)</u>	<u>48.017</u>	

**Composição contingências:**

	<b>2015</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Líquido</b>
Tributárias (PIS sobre receita financeira)	5.810	(5.810)	-	
Tributárias (INSS)	7.987	(99)	7.888	
Outras ações tributárias	3.015	-	3.015	
Trabalhistas	37.573	(5.905)	31.668	
	<u>54.385</u>	<u>(11.814)</u>	<u>42.571</u>	

**Movimentação de contingências**

	<b>Tributárias (PIS sobre receita financeira)</b>	<b>Tributária (INSS)</b>	<b>Outras Tribu-tárias</b>	<b>Traba-lhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 2015</b>	<b>5.810</b>	<b>7.987</b>	<b>3.015</b>	<b>37.573</b>	<b>54.385</b>
Adições	-	262	144	28.882	29.288
Depósito judicial compensado	(5.810)	-	-	-	(5.810)
Reversões	-	(6.113)	(1.949)	(17.293)	(25.355)
<b>Saldo em 2016</b>	<b>-</b>	<b>2.136</b>	<b>1.210</b>	<b>49.162</b>	<b>52.508</b>
<b>Saldo em 2014</b>	<b>5.556</b>	<b>8.090</b>	<b>42.540</b>	<b>31.104</b>	<b>87.290</b>
Adições	254	7.987	1.734	30.996	40.971
Reversões / baixas	-	(8.090)	(41.259)	(24.527)	(73.876)
<b>Saldo em 2015</b>	<b>5.810</b>	<b>7.987</b>	<b>3.015</b>	<b>37.573</b>	<b>54.385</b>

**Principais processos:** **Tributárias:** INSS e FGTS: Refere-se ao cálculo de INSS e FGTS sobre pessoa jurídicas sobre as quais recai presunção fiscal de que seriam empregados. **Trabalhistas:** Refere-se a diversos processos pulverizados de reclamações trabalhistas solicitando o pagamento de valor de horas extras, 13º salários, férias e outros benefícios. **Perda possível:** Existem processos trabalhistas e tributários decorrentes do curso normal de suas atividades, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 103.795 (R\$ 117.463 em 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Resumo do Processo**

Processo trabalhista 0100476-64.2016.5.01.0056 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 0010634-52.2016.5.09.0088 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 00022368320135020002 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 0000381-76.2016.5.12.0005 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 10001560720165020720 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 0000536-55.2015.5.10.0010 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 0075000-33.2007.5.01.0058 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 1002037-98.2015.5.02.0705 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista '00008214120135030001 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista '0002250-49.2015.5.09.0084 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 1001137-28.2016.5.02.0076 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 0000022-16.2016.5.09.0004 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 00118414320155010024 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 00010888320145030105 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 0000483-04.2011.5.05.0641 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 0001367-58.2014.5.09.0013 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 0021135-92.2015.5.04.0006 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 0000625-93.2015.5.02.0077 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 0002224-86.2013.5.02.0061 a Companhia está aguardando audiência	
Processo trabalhista 000097493201350906	



➤	2016	2015
Reversão de provisão para contingências - INSS	6.113	-
Provisão para contingências - INSS	(262)	-
Reversão de provisão de contas a pagar, líquidas	-	1.010
	<u>(3.934)</u>	<u>9.396</u>
<b>22. Despesas com vendas e comerciais:</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Pessoal	(23.063)	(14.546)
Encargos trabalhistas	(2.316)	(4.191)
Serviços de pessoa jurídica	(3.625)	(2.150)
Viagens e locomoção	(1.266)	(2.443)
Propaganda e marketing	(1.771)	(2.101)
Outras	(6.677)	(2.416)
	<u>(38.718)</u>	<u>(27.847)</u>
<b>23. Despesas gerais e administrativas:</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Pessoal	(39.237)	(37.678)
Encargos trabalhistas	(7.588)	(7.505)
Serviços de pessoa jurídica	(10.566)	(13.476)
Viagens e locomoção	(2.338)	(3.202)
Despesas tributárias	(1.691)	(1.299)
Materiais, energia e outros	(6.601)	(1.616)
Perdas em operação de crédito	(10.316)	-
Locação de imóveis	(2.514)	-
Manutenção predial	(2.641)	-
Provisão e reversão para crédito de liquidação duvidosa	8.896	(8.846)
Outras	(7.373)	(4.940)
	<u>(81.969)</u>	<u>(78.562)</u>
<b>24. Outras receitas e despesas:</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita de fomento (a)	6.701	8.802
Receita de comissões	893	-
Receita de alienação de imobilizado	19	-
Recuperação de despesas diversas	328	-
Recuperação de despesas com pessoal	793	-
Receita a troca de bancos sobre a gestão da Fopag	-	1.174
Outras (despesas) e receitas	907	(55)
	<u>9.641</u>	<u>9.921</u>

(a) Receita de fomento: Benefício da redução na alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) concedido pela Prefeitura Municipal de Jaguariúna, conforme Lei Complementar Municipal 250/2013.

<b>25. Resultado financeiro líquido:</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação cambial líquida	-	3.113
Variação monetária ativa	3.090	1.066
Juros ativos	338	232
Receita de aplicações financeiras	2.678	5.100
Descontos Obtidos	802	195
Outras	50	9
	<u><b>6.958</b></u>	<u><b>9.715</b></u>

<b>Despesas financeiras</b>		
Juros passivos	(346)	(5.595)
Descontos concedidos	(424)	(471)
Despesas Bancárias	(140)	(267)
Variação monetária passiva	(34)	(107)
Multas e moras	(103)	(3.414)
Variação cambial líquida	(1.912)	-
Outras	(1.059)	(1.092)
	<u><b>(4.018)</b></u>	<u><b>(10.946)</b></u>
	<u><b>2.940</b></u>	<u><b>(1.231)</b></u>

Resultado financeiro líquido

**26. Instrumentos financeiros: a. Instrumentos financeiros:** As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, demais contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores e demais contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

**Marco Antonio Silva Stefanini** - Presidente  
**Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas e Administradores da Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A. - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base Para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração Pelas Demonstrações Financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela de-

Instrumentos financeiros por categorias:	2016	2015
<b>Ativo mensurado ao valor justo por meio de resultado</b>		
Aplicações financeiras (moeda estrangeira)	1.620	1.641
Aplicações financeiras (moeda nacional)	19.084	31.055
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e bancos	25.351	18.222
Contas a receber de clientes	124.901	91.320
Outros créditos	13.813	9.356
Créditos a receber - Partes relacionadas	3.469	4.991
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Fornecedores	3.804	3.398
Empréstimos e financiamentos	255	1.165
Outras contas a pagar	16.638	9.922
<b>Mensuração do valor justo:</b> Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo: • <b>Nível 1</b> - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e Idênticos. • <b>Nível 2</b> - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • <b>Nível 3</b> - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia mantém aplicações financeiras registradas pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2016, os valores justos dos instrumentos financeiros, bem como os valores contábeis apresentados das demonstrações financeiras estão identificados a seguir:		
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo mensurado ao valor justo por meio de resultado</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Caixa e equivalentes de caixa	46.055	46.055
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Contas a receber de clientes	124.901	91.320
Outros créditos	13.813	9.356
Créditos a receber - Partes relacionadas	3.469	4.991
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Fornecedores	3.804	3.398
Empréstimos e financiamentos	255	1.165
Outras contas a pagar	16.638	9.922

A Companhia entende que o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros se aproximam em função da não existência de um mercado ativo para tais instrumentos. **b. Risco de mercado: Risco de taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado e as aplicações financeiras. Considerando que a Companhia não tem perfil de endividamento com instituições financeiras, esse risco é considerado baixo na Companhia. O saldo a pagar de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras em 2016 é de R\$ 255 (R\$ 1.165 em 2015). **Análise de sensibilidade:** Considerando a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados a TJLP, em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 255 a análise de sensibilidade levou em consideração um aumento máximo de 25% na taxa CDI (representando um aumento de 2,5% pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$ 64. Caso o aumento fosse de 50% (representando um aumento de 5,0% pontos percentuais), poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$ 128. Administração da Companhia entende que além de irrelevante, o risco de grandes variações no CDI em 2016 é baixo, levando em consideração o histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. **Risco de variação da taxa de**

**Luiz Carlos Marques de Aguiar** - Diretor Financeiro terminou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do Auditor Pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que

**câmbio:** Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuação nas taxas de cambio, que reduzam o seu contas a receber de clientes, outros créditos - partes relacionadas ou aumento os valores captados no mercado por meio de empréstimos e financiamento. Em 2016 e 2015, a representatividade do saldo de clientes no exterior em relação ao total do saldo é de 3,39% e 6,19%, respectivamente. Adicionalmente, conforme descrito no risco de taxa de juros, a Companhia não tem perfil de endividamento com instituições financeiras, portanto considera esse risco baixo para suas operações. **c. Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de serviços por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu saldo de contas a receber. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa e equivalentes de caixa	46.055	50.918
Contas a receber de clientes	124.901	91.320
Outros créditos	<u>13.383</u>	<u>8.600</u>
Circulante	<u><b>184.339</b></u>	<u><b>150.838</b></u>
Créditos a receber - Partes relacionadas	3.469	4.991
Outros créditos	<u>430</u>	<u>756</u>
Não circulante	<u><b>3.899</b></u>	<u><b>5.747</b></u>
	<u><b>188.238</b></u>	<u><b>156.585</b></u>

A Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento. **d. Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. No que diz respeito às aplicações financeiras, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. A seguir são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.

	<b>Vencimentos 2016</b>		
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>1 - 2 anos</b>
Fornecedores	3.804	3.804	-
Empréstimos e financiamentos	255	255	-
Outras contas a pagar	<u>16.638</u>	<u>16.638</u>	-
	<u><b>20.697</b></u>	<u><b>20.697</b></u>	-

	<b>Vencimentos 2015</b>		
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>1 - 2 anos</b>
Fornecedores	3.398	3.398	-
Empréstimos e financiamentos	1.165	836	329
Outras contas a pagar	<u>9.922</u>	<u>9.922</u>	-
	<u><b>14.485</b></u>	<u><b>14.156</b></u>	<u><b>329</b></u>

**e. Gestão de capital:** A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere. De forma similar ao mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Total do passivo	168.111	149.580
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(46.055)</u>	<u>(50.918)</u>
<b>Dívida líquida</b>	<u><b>122.056</b></u>	<u><b>98.662</b></u>
Total do patrimônio líquido	<u><b>91.453</b></u>	<u><b>73.640</b></u>
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de dezembro	<u><b>1,33</b></u>	<u><b>1,33</b></u>

**Maria Inês Fontoura Lima** - Contadora CRC-1SP-227263/O-0 a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2017  
**KPMG Auditores Independentes Robson Nunes Moura**  
CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP195308/O-7

SFD S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO									
C.N.P.J.: (MF): 60.581.618/0001-14									
Relatório da Diretoria									
Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, devidamente acompanhado das Demonstrações de Resultados do Exercício, das Mutações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa. Encerradas em 31.12.2016. As Notas Explicativas encontram-se à disposição dos acionistas na sede social. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Caieiras, 26.04. 2017. A Diretoria									
Balanços Patrimoniais dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores expressos em Reais - R\$						Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Em Reais - R\$			
ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015		
Circulante .....		20.615.256	16.415.080	Circulante .....		10.403.403	8.447.839		
Caixa e Equivalentes de Caixa .....		226.311	140.372	Fornecedores/Empréstimos Bancários .....		5.015.422	5.151.312		
Clientes .....		6.026.369	7.911.842	Obrigações Sociais e Tributárias .....		2.444.442	1.366.335		
Estoques .....		4.921.089	6.735.147	Salários, Provisão e Outras Contas Pagar.....		2.943.539	1.930.192		
Outros Valores a Receber .....		9.441.487	1.627.719	Não Circulante .....		12.926.166	11.946.398		
Não Circulante .....		19.380.422	20.297.898	Obrigações Sociais e Tributárias .....		9.331.136	8.226.113		
Participações Societárias.....		16.050.000	16.050.000	Outros Valores a Pagar/Empréstimos Especiais .		3.595.030	3.720.285		
Imobilizado/Intangível .....		3.000.457	3.273.080	Patrimônio Líquido .....		16.666.109	16.318.740		
Outros Valores.....		329.965	974.818	Capital Social .....		9.800.000	9.800.000		
Total do Ativo .....		39.995.678	36.712.978	Reservas de Capital e Lucros .....		6.866.110	6.518.741		
				Total do Passivo .....		39.995.678	36.712.978		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015-Valores expressos em Reais-R\$									
		Capital Subscrito	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucro Lucro Acumulado	Patrimônio Líquido			
Patrimônio Líquido em 31.12.2014.....		9.800.000	22.689	378.301	5.968.324	16.169.314			
Lucro Líquido Apurado no Exercício.....		-	-	-	149.427	149.427			
Reserva Legal .....		-	-	7.471	(7.471)	-			
Patrimônio Líquido em 31.12.2015.....		9.800.000	22.689	385.772	6.110.279	16.318.741			
Lucro Líquido Apurado no Exercício.....		-	-	-	347.368	347.368			
Reserva Legal .....		-	-	17.368	(17.368)	-			
Patrimônio Líquido em 31.12.2016.....		9.800.000	22.689	403.140	6.440.279	16.666.109			
Demonstração de Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores expressos em Reais - R\$									
Descrição		2016	2015	Descrição		2016	2015		
Receita Bruta de Vendas.....		18.151.611	26.753.841	Despesas/Receitas Operacionais .....		4.133.116	12.155.851		
Vendas de Produtos .....		18.151.611	26.753.841	Despesas Administrativas .....		4.374.997	4.068.693		
(-) Deduções da Receita Bruta .....		2.036.927	3.123.776	Despesas Comerciais.....		5.454.873	6.699.998		
Impostos e Devoluções .....		-	-	Despesas Financeiras Líquidas .....		2.866.890	1.387.160		
Incidentes sobre Vendas.....		2.036.927	3.123.776	Outras Receitas .....		(8.563.644)	-		
(=) Receita Operacional Líquida .....		16.114.684	23.630.065	Resultado do Exercício .....		408.985	196.705		
(-) Custo dos Produtos Vendidos .....		11.572.583	11.277.509	Provisão para CSL e IRPJ .....		61.617	47.279		
Resultado Operacional Bruto.....		4.542.101	12.352.556	Lucro Líquido do Período .....		347.369	149.427		
A DIRETORIA									
Renato Willian dos Santos - CRC SP 315654/O-2									



